Metropolização regional e suburbanização condominial: aspectos da dinâmica da dispersão urbana na Região Metropolitana de Belém[1]

Tiago Veloso Santos

tiago.veloso@ifpa.edu.br

Resumo

Considerando as mudanças ocorridas no processo de urbanização em plano nacional, da qual a difusão do fenômeno da metropolização pelas regiões periféricas do território é um elemento de destaque, percebe-se a introdução de novas formas, funções e processos no espaço urbano que podem ser reconhecidos em aspecto teórico, além da observação empírica. Na Amazônia brasileira, região que apresenta elevados índices de urbanização nas últimas décadas e, mais recentemente a metropolização de suas principais cidades, analisa-se os elementos que marcam esse processo, tendo como referência a Região Metropolitana de Belém. Identificamos que a atual configuração metropolitana em Belém passa pela existência de quatro aspectos da produção do espaço: a) intensificação da produção de assentamentos habitacionais cada vez mais distantes do núcleo metropolitano e da periferia imediata; b) relativa suburbanização das classes médias e altas, com a produção

1 Este artigo foi produzido a partir do projeto de pesquisa "Trajetórias do Planejamento Urbano na Região Metropolitana de Belém (1973 – 2015)", que contou com apoio institucional e financeiro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação (PIBICTI), no período 2015 – 2016. Conta ainda com resultados parciais da tese de doutorado apresentada pelo autor, denominada "Metrópole e região na Amazônia: trajetórias do planejamento e da gestão metropolitana em Belém, Manaus e São Luís", defendida junto ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

de assentamentos específicos para esses grupos de renda fora do núcleo metropolitano; c) aumento do volume de fluxos intermunicipais seja aos municípios constituintes do espaço metropolitano institucional, seja daqueles que não fazem parte da institucionalidade; d) difusão de grandes objetos que são condição, produto e meio da reestruturação desse importante espaço metropolitano regional.

* * *

PALAVRAS-CHAVE: Urbanização, Metropolização, Reestruturação Urbana, Amazônia, Região Metropolitana de Belém.

Introdução

Historicamente, a caracterização de uma área ou região metropolitana foi percebida a partir da constituição uma forma urbana específica, em geral caracterizada pela gradativa aproximação das malhas urbanas entre cidades distintas, o que levava a uma unificação do ponto de vista físico-territorial daquele espaço, processo genericamente conceituado como conurbação.

Nas últimas três décadas[2], entretanto, percebe-se com maior regularidade a existência de espaços urbano-metropolitanos que não tem como única ou mesmo a mais importante característica a conurbação. Em alguns casos, a unidade físico-territorial urbana não é o elemento mais marcante de várias aglomerações metropolitanas na realidade brasileira, conforme destaca Lencioni (2008), para quem novas qualidades metropolitanas contemporâneas estão relacionadas a conceitos como concentração e centralização do capital, parâmetros mais consistentes para se pensar a dinâmica urbana atual. Tais mudanças expressam um tipo de metamorfose socioespacial e constitui produto contemporâneo da metropolização do espaço, processo esse com basicamente oito características, segundo a autora:

> A primeira é que seu fundamento não diz respeito apenas à transição do rural para o urbano, muito embora o processo possa contê-la, porque seu núcleo é a urbanização. A segunda é de que a metropolização do espaço conforma uma região de grande escala territorial e com limites extremamente dinâmicos e difusos. A terceira característica é a dessa região expressar ao mesmo tempo uma nítida e intensa fragmentação territorial e transparente segregação social, até então nunca vistas, ao lado de espaços com características bastante homogêneos. A quarta característica deve-se à redefinição das antigas hierarquias entre as cidades da região e da rede de relações entre elas. A quinta diz respeito ao expressivo número de cidades conurbadas com incrível polinucleação e intensa e múltipla rede de fluxos. A sexta característica é relacionada à diminuição relativa ao crescimento demográfico da cidade central, acompanhada de expansão demográfica e desenvolvimento do ambiente construído de outros municípios da região. A sétima característica se pauta pela redefinição das pequenas cidades com os espaços polinucleados. A oitava, diz respeito à intensidade dos movimentos pendulares entre algumas cidades da região

2 Estudos como o de Castells (1999a; 1999b), CARLOS (2001; 2006), Lencioni (2003; 2008; 2011), Santos (2005), Soja (2000) apontam, com diferentes referenciais teórico-metodológicos e referências empíricas para novas qualidades no processo de urbanização, em particular a metropolização.

> consagrando uma expressiva estrutura regional em rede (LENCIONI, 2008, p. 52).

Pode-se afirmar, então, que a metropolização do espaço seria a repercussão mais intensa da urbanização do território, aludido por Santos (1993). Essas características, segundo Lencioni (2008), compõem um novo tipo de metrópole, o que configura uma espécie de transição, na qual:

> as formas atuais da transformação dos lugares, das condições de vida de seus habitantes, das estruturas da produção de bens e de serviços anunciam uma nova época, uma novidade radical na história da civilização: uma mudança na modernidade (LENCIONI, 2008, p. 52).

Reconhecendo essa mudança como uma característica da urbanização contemporânea, é importante analisar a lógica que deu origem a seu surgimento, e, mais que isso, compreender os elementos constitutivos dessa nova forma urbana, identificada mais pela concentração e disseminação de fluxos materiais diversos que são produto, condição e meio da produção do espaço urbano-metropolitano, cada vez mais densos em termos de relações socioespaciais, do que pela unidade físico-territorial exclusivamente.

Nesse caso em particular, toma-se como referência empírica de análise a Região Metropolitana de Belém (RMB), principal aglomeração metropolitana da Amazônia brasileira. Esta região, ainda que identificada historicamente por características biogeográficas e morfoclimáticas, tem apresentado uma significativa alteração de sua paisagem natural de floresta tropical. Essa alteração, proveniente do processo de produção do espaço regional, coloca as cidades e o urbano como principal referência territorial no início do século XXI.

Nesse sentido, acompanhando as tendências de urbanização do território brasileiro, a região já apresentava cerca de 70% de sua população vivendo em áreas urbanas no início do século XXI, em contraste com apenas 30% nos anos 1950, segundo os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mais que a expressão estatística dessa alteração na composição demográfica da população e do povoamento regional, os dados revelam uma tendência à formação de aglomerações urbanas como as principais bases de organização do território no cenário regional.

A Região Metropolitana de Belém (RMB), nesse aspecto, é identificada como a principal aglomeração no contexto regional, ainda que não a única, o que mostra regularidade na formação de espaços metropolitanos como parte do cenário amazônico na atualidade[3].

3 Em estudo anterior, Santos (2015), identificou a partir de elementos teórico-conceituais três

A RMB é um espaço metropolitano reconhecido desde os anos 1970, sendo a única região metropolitana institucionalizada nesse período, em conjunto com outras oito no território brasileiro[4]. Analisando as mudanças pelas quais esse espaço tem passado nas últimas duas décadas, destacam-se alguns elementos importantes para a sua manutenção como referência urbana regional e uma progressiva reestruturação metropolitana recente.

Tais elementos são mediados por quatro aspectos da produção de seu espaço; 1) intensificação da produção de assentamentos habitacionais cada vez mais distantes do núcleo metropolitano e de sua periferia imediata; 2) relativa suburbanização de parcelas das classes médias e altas, com a produção de assentamentos destinados a esses grupos de renda fora do núcleo metropolitano; 3) aumento do volume de fluxos intermunicipais, seja aos municípios constituintes do espaço metropolitano institucional, seja daqueles que mesmo não fazendo parte da institucionalidade, tem cada vez mais relações com o espaço metropolitano e; 4) difusão de grandes objetos técnicos que são condição, produto e meio da reestruturação do espaço metropolitano.

Tais aspectos serão considerados a partir de uma conceituação teórica e histórica que compreende esses elementos como componentes de uma realidade urbana e metropolitana que não se encerra na região amazônica, mas que espelha tendências recentes da urbanização brasileira. São esses aspectos que iremos explorar ao longo deste trabalho para compreender a produção do espaço na Região Metropolitana de Belém, enquanto uma tendência que se apresenta para a formação de espaços metropolitanos no mundo atual.

Da unidade físico-territorial a concentração de fluxos materiais: a nova forma da metropolização contemporânea

A forma conurbada aparece como a primeira manifestação do fenômeno metropolitano, sendo, por determinado período, confundida com o próprio fenômeno da metropolização. Esta forma é caracterizada por um tipo de crescimento urbano que expande a cidade, prolongando-a para fora de seu perímetro territorialmente definido e, desse modo, absorvendo pequenos aglomerados urbanos e rurais e outras cidades adjacentes, em geral cidades menores, que já estão sobre a influência direta ou indireta da grande cidade, que passa a constituir o núcleo metropolitano. Estas cidades adjacentes, que até tem

espaços metropolitanos na Amazônia brasileira, Belém (Pa), Manaus (AM), São Luís (MA).

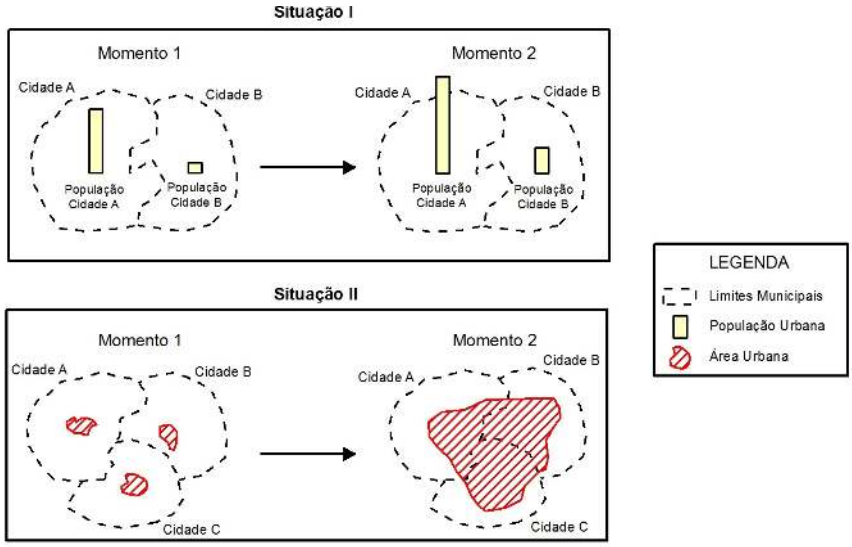
4 Em 1973, o governo federal a partir da Lei Complementar nº 14, instituiu oito regiões metropolitanas no Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Recife, Salvador e Belém, a única na região Norte do Brasil.

vida política e administrativa autônoma, acabam comportando-se como parte integrante da cidade principal, tornada agora metrópole.

A conurbação, segundo Villaça (1998, p. 51), "ocorre quando uma cidade passa a absorver núcleos urbanos localizados a sua volta, pertençam eles ou não a outros municípios" é um dos processos que acelerou a configuração social e morfológica das cidades. Com a expansão e a integração dos espaços urbanos, desaparecem, do ponto de vista socioespacial, ainda que não no aspecto político-administrativo, os limites físicos entre os diferentes núcleos urbanos. A partir de então, ocorre uma distinção entre o espaço edificado e a estrutura político-administrativa.

Como uma importante característica do aspecto metropolitano é a contínua expansão de sua malha urbana, o território metropolitano está constantemente avançando em direção a áreas cada vez mais distantes, ocasionando a transformação do uso do solo rural em terra urbana. Isto força tanto a incorporação de novos territórios, como o adensamento dos já ocupados, conforme pode ser observado no esquema representado na Figura 1.

Figura 1. Esquema clássico das formas de conurbação metropolitana.



Fonte: Elaboração própria.

Na situação 1, vemos que o crescimento da população urbana de duas cidades com perfis demográficos distintos é um componente da possibilidade de conurbação entre as duas cidades. Na situação 2, o crescimento da população aliada ao crescimento da malha urbana de várias cidades altera o padrão de ocupação da área urbana, fazendo com que cada vez mais os núcleos urbanos estejam próximos, até o ponto em que não há como distinguir seus limites

paisagísticos, e, em alguns casos, seus limites administrativos.

Nas cidades em processo de conurbação, o principal desses fluxos é o deslocamento cotidiano de populações[5] nas suas atividades de trabalho, educação, consumo e lazer. A existência de fluxos populacionais significativos, geralmente entre o núcleo metropolitano e sua periferia imediata, ou, até mesmo a mais distante, gera padrões de estruturação dos espaços contínuos que, por vezes, são chamados de cidades dormitórios[6] ou subúrbios[7].

De toda forma, embora o padrão conurbado tenha sido o primeiro elemento caracterizador dos espaços metropolitanos, este não explica, por si só, o fenômeno da metropolização. A forma é uma maneira de expressão de funções e processos, que também diz respeito aos fluxos que compõem as metrópoles. Conforme Santos (2005), transformações nos processos provocam mudanças nas formas dos objetos e dilatam suas funções.

Para Seabra (2011), a formação da metrópole equivale ao movimento da própria formação socioeconômica, o qual ocorre dilacerando as formações pretéritas, tanto de cidades como de subúrbios, e alcançando, sobretudo, as entranhas da cidade, embora apenas algumas cidades cheguem de fato à condição de metrópole. Tal referência leva a compreender a mudança da forma espacial da metrópole contemporânea como um meio de transformação do capitalismo contemporâneo nesse momento da história, com uma dependência cada vez maior da acumulação via exploração do solo urbano.

Para Gottdiener (2010), existe um aspecto fundamental do atual crescimento socioespacial: a vida urbana tornou-se portátil e, desse modo, ocorreu o mesmo com a "cidade". Em lugar da forma compacta de cidade, que representava um

5 A referência é o característico fluxo pendular, ocasionado por populações que se deslocam cotidianamente, ou em espaços relativamente curtos de tempo, algumas horas, por exemplo, para atividades de trabalho, estudos, lazer e busca de serviços.

6 Designação utilizada para os aglomerados urbanos nos arredores de uma grande cidade, que usualmente servem de moradia a trabalhadores da cidade-núcleo e estão ligadas por meios de transporte aos seus locais de trabalho. Uma das características das cidades-dormitórios é que nelas as atividades econômicas não são suficientes para empregar a população ativa, o que leva parte da mão de obra a realizar o movimento pendular para a cidade mais próxima para exercer suas atividades.

7 A definição de subúrbio designa as áreas ao redor do núcleo urbano central. Entretanto há diferenças quando consideradas realidades urbanas de países centrais e dos periféricos. Enquanto nos países centrais o subúrbio é local de moradia das classes média ou alta, com índices de qualidade de vida e segurança maiores que os das áreas centrais e com baixa densidade populacional, nos países periféricos, é considerado periferia urbana, sendo comumente utilizado para se referir a áreas que não possuem todos os recursos das áreas centrais, principalmente no aspecto dos equipamentos sociais e serviços urbanos, portanto, associado a áreas de renda baixa.

processo histórico em formação há anos, existe agora uma população metropolitana distribuída e organizada em áreas regionais em permanente expansão, que são amorfas na forma, maciças no escopo e hierárquicas em sua escala de organização social (GOTTDIENER, 2010).

É a essa nova forma de espacialização das metrópoles contemporâneas que denominamos neste trabalho de "concentração fluida", ou seja, a aglomeração urbana continua sendo característica do espaço metropolitano, mas não é somente a sua forma compacta ou contínua que a caracteriza como tal. A emergência de uma nova realidade de interdependência econômica e urbana global constrói um ambiente propício para as mudanças na lógica de estruturação da metrópole contemporânea que extrapolam os limites somente da conurbação entre cidades diferentes e separadas por limites político-administrativos e continuidade socioterritorial. A conurbação, portanto, não era, de maneira alguma, expressão da construção de um espaço urbano característico de relações sociais específicas, mas sim um momento de passagem da transformação cada vez mais intensa das terras rurais adjacentes para o urbano, e da cidade para a metrópole. A metrópole passa a ser entendida como algo a mais que a quantidade de expressões urbanas, demográficas e econômicas, mas como uma nova forma de constituição das relações sociais capitalistas contemporâneas no espaço metropolitano.

Partindo dessa interpretação, autores diferentes dão peso distinto aos elementos que ajudam a compor esse mosaico que passa a ser o espaço metropolitano. Para Gottdiener (2010), a perspectiva convencional sobre reestruturação metropolitana envolve mudanças sociais mais complexas do que simples fatores causais, sendo necessário associar a característica estrutural do modo de produção a aspectos contemporâneos da forma socioespacial. Existem elementos para se considerar a estruturação do espaço metropolitano, com destaque para a habitação, a suburbanização e as localizações industriais:

> [...] na questão da desconcentração regional metropolitana é necessário considerar o problema da habitação, a suburbanização, a expansão metropolitana, as atividades imobiliárias, a localização das indústrias nas periferias, ou seja, as mudanças entre centro e periferia (GOTTDIENER, 2010, p. 241).

Em outro aspecto, tomando a realidade brasileira como parâmetro de análise, Villaça (1998) destaca a autossegregação das elites e a segregação espacial das classes de renda inferior como essenciais para analisar o padrão de estrutura metropolitana brasileira. Portanto, realidades que apresentam contextos diferentes não podem ser entendidas apenas a partir de dinâmicas comparativas no aspecto econômico ou urbano, conforme Villaça (2012):

> La ciencia – en este caso la geografía urbana – no puede limitarse a describir el espacio urbano. Es indispensable que lo explique. Una buena descripción no conduce necesariamente a una buena explicación, pero una mala descripción conducirá siempre (a menos que por causalidad) a una mala explicación. Explicar el proceso de la segregación es más importante que denunciarlo como "un mal causado por la ambición de los hombres" o algo "malo" o "equivocado". Entender es una posición científica: condenar es una posición moral (VILLAÇA, 2012, p. 183)[8].

Com o entendimento da existência de elementos diversos na composição de estruturas metropolitanas na atualidade, depreende-se que o tipo de estrutura apresentada nas metrópoles regionais, como em nosso caso uma metrópole amazônica, não é a simples reprodução de formas de organização verificadas em outras realidades, seja o Brasil, analisado por Villaça (1998), tampouco correspondem a formas ainda mais distantes no aspecto da formação socioespacial, como as analisadas por Gottdiener (2010).

A particularidade regional quando considerada a disseminação das cidades e a intensificação das dinâmicas urbanas na Amazônia, leva a interpretações variadas da existência deste mesmo conteúdo urbano. Para Browder e Godfrey (2006), por exemplo, a expansão da urbanização com a intensificação da metropolização no contexto regional gerou sistemas de assentamento na Amazônia de forma irregular e descolada de um princípio geral de organização espacial. Assim, a urbanização na Amazônia seria funcionalmente desarticulada dos desenvolvimentos regionais industriais e agrícolas. Enquanto a expansão agrícola e o crescimento industrial são limitados a locais específicos da Amazônia, o crescimento da população urbana é generalizado em toda a região, concluindo que o processo de urbanização é desconexo dos processos locais de desenvolvimento (BROWDER; GODFREY, 2006).

Ao contrário dessa interpretação, defende-se aqui, que a particularidade regional e urbana amazônica, reside justamente no fato de que a existência desse perfil de metropolização da qual o espaço metropolitano de Belém é referência empírica, diz respeito exatamente às redes de relações que mantêm a Amazônia, de forma variada, ligada às forças econômicas globais, o que seria um princípio geral orientador da metropolização regional, e não, por conseguinte, reflexo de uma

8 Tradução: A ciência – e neste caso a geografia urbana – não pode limitar-se a descrever o espaço urbano. É indispensável que o explique. Uma boa descrição não conduz necessariamente a uma boa explicação, mas uma má descrição conduzirá sempre (a menos que por causalidade) a uma má explicação. Explicar o processo de segregação é mais importante que denunciá-lo como um "mal causado pela ambição dos homens" ou algo "mal", ou "equivocado". Entender é uma posição científica: condenar é uma posição moral.

suposta desarticulação funcional.

Nesse caso, pode-se verificar que a ideia de desarticulação funcional não cabe, quando considerada uma metrópole regional que destoa dessa interpretação. Particularmente em Belém, a expansão do tecido urbano e a configuração recente de um espaço metropolitano, tem ao contrário, mantido relações com processos em escala nacional e, com menor intensidade também, dinâmicas globais que são indutores do tipo de metropolização do espaço que se expressa na região. A exploração de elementos que provocam nas últimas décadas uma reestruturação metropolitana que tem efeitos importantes sobre a rede urbana regional e também sobre a estrutura interna da metrópole auxiliará a compreensão desse processo complexo em uma região periférica como a amazônica. É este um dos objetivos desse trabalho.

Os elementos da metropolização regional em Belém: do confinamento urbano original à reestruturação ampliada e dispersa.

Figura 2. Trecho da rodovia BR-316[9]



Os limites entre Belém e Ananindeua tornam-se imperceptíveis dado o processo de conurbação e a intensidade dos fluxos da via de grande importância para a metropolização a partir da década de 1960.

Fonte: Própria autoria.

9 A Rodovia BR-316 faz parte de um conjunto formado por onze rodovias federais, que ligam a capital, Brasília (DF), à cidade de Belém (PA), em uma conexão conhecida como Belém-Brasília. A BR-316 segue de Belém (PA) até Maceió (AL) e recebe o nome de "Rodovia Belém-Brasília" no trecho entre Belém (PA) e Santa Maria do Pará (PA), concomitante com a BR-010 e com a BR-308 (BRASIL, Ministério dos Transportes, 2010).

Em se tratando de uma metrópole, a realidade de Belém guarda particularidades advindas de sua formação enquanto referência regional. O contexto histórico-geográfico considerado aqui não remonta às origens da cidade desde sua fundação, ainda no século XVII, mas sim reconhece a história de sua formação metropolitana, posto que, de fato, até meados do século XX, a cidade estava confinada a uma área ainda relativamente próxima de seu local de fundação. A periodização apresentada por Moreira (1989) sobre o crescimento urbano de Belém até a década de 1960 relata que:

> Em princípio, a cidade se expandiu acompanhando a orla fluvial, para, em seguida, se interiorizar e se continentalizar, definindo as três primeiras fases de seu crescimento: a ribeirinha (da fundação da cidade em 1616 até meados do século XVIII); a de penetração ou interiorização (de meados do século XVIII a meados do século XIX); e a de continentalização (de meados do século XIX em diante) (MOREIRA, 1989, p. 52).

A trajetória de crescimento urbano da cidade acompanhou do século XVII até a primeira metade do século XX as necessidades regionais, ainda pouco presentes de um espaço urbano complexo. Desse modo, essa periodização, de forma alguma, deve ser vista como uma cadeia evolutiva do espaço urbano belenense, visto que em determinados momentos da história, também acompanhando a maior dinâmica econômica regional, Belém ascendeu na rede urbana regional e nacional, como exemplo mais recente, durante o período da economia da borracha (1890 – 1920). Mas, com o encerramento dos ciclos econômicos episódicos, a cidade voltava a seu perfil padrão de uma malha urbana ainda bastante limitada.

Assim, somente em período mais recente, segundo Trindade Júnior (1998), é possível afirmar a configuração de uma quarta fase de expansão urbana belenense, agora marcada pela dinâmica da metropolização, que pressupõe o significativo avanço da malha urbana em relação ao período e às fases anteriores:

> Acrescentaríamos a essa periodização de Moreira (1989), uma outra fase, a de metropolização, que se inicia na década de sessenta e se consolida nas décadas seguintes e que pressupõe a incorporação de cidades e vilas próximas a Belém, definindo uma malha urbana única, ainda que fragmentada (TRINDADE JÚNIOR, 1998, p. 03).

Nesse caso, compreende-se que a metrópole de Belém teve seu momento de configuração inicial em direção à formação de uma malha metropolitana a partir dos anos 1960, no contexto de alteração das redes de circulação, com a construção da rodovia Belém-Brasília, primeiro grande eixo de penetração rodoviário da Bacia Amazônia (VICENTINI, 2004), elemento fundamental para compreensão da

metropolização regional.

Assim, é possível entender a metropolização regional a partir do desenvolvimento da infraestrutura que possibilitou o projeto de integração da Amazônia ao restante da economia nacional via articulação dessas redes rodoviárias. As mudanças no papel da região também tiveram repercussões na produção do espaço urbano de Belém que, até a década de 1960, estava limitada fisicamente. Para Trindade Júnior (1998, p. 03), essas mudanças no espaço urbano integram uma dinâmica:

> [...] em que a região amazônica passa a vivenciar as transformações decorrentes de sua efetiva integração econômica ao Nordeste e ao Centro-Sul do País – tendo como um dos marcos desse processo a inauguração da Rodovia Belém-Brasília – e cujas repercussões se traduziram de maneira decisiva no plano de sua configuração espacial (TRINDADE JÚNIOR, 1998, p. 03).

Se até a década de 1960 a malha urbana estava confinada ao perímetro demarcado pelos seus bairros centrais e periferias imediatas, sempre dentro do próprio município de Belém, o estímulo advindo das novas dinâmicas regionais, tais como a introdução dos eixos de circulação rodoviários, impulsionam o crescimento em direção a outros distritos e municípios.

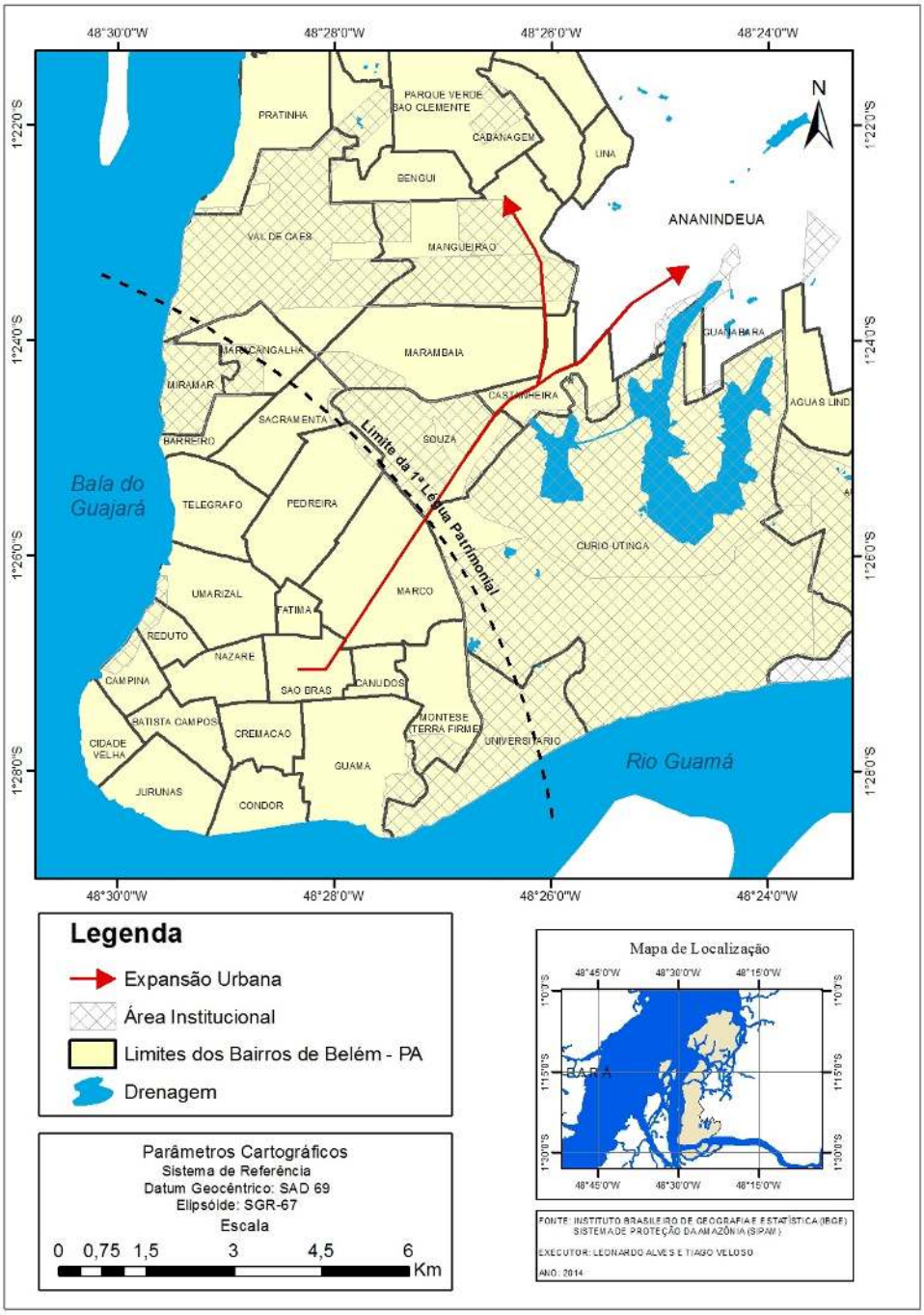
Ao mesmo tempo, as limitações às demandas da nova configuração regional estimularam mudanças de ordem espacial intraurbana decorrente do crescimento da cidade. A existência de uma ampla área destinada aos diversos órgãos estatais e paraestatais, formando um verdadeiro "cinturão institucional", faz com que a introdução dos eixos rodoviários se tornasse um dos elementos da posterior intensificação do uso do solo, contribuindo para a formação de um núcleo metropolitano marcado por um intenso uso imobiliário e tornando de vez possível a ultrapassagem da área urbana da cidade chamada de Primeira Légua Patrimonial[10], conforme pode ser visualizado no Mapa 1.

O Mapa 1 revela o sentido da expansão urbana em Belém a partir da década de 1960, com o gradual rompimento dos limites estabelecidos pelo "cinturão institucional". Tal expansão é promovida a partir de duas dinâmicas de produção

10 Área de terra de aproximadamente 4.110 ha, que constituiu o patrimônio fundiário inicial da municipalidade – o chamado "rossio" – doado pela Coroa Portuguesa em 1627. Ela obedece a um traçado de uma légua – contada a partir do marco de fundação da cidade, o Forte do Presépio (hoje Complexo Feliz Lusitânia) – em arco de quadrante das margens da Baía de Guajará em direção sul, e Rio Guamá em direção norte (MEIRA FILHO, 1975), que foi demarcada no início do século XVII. Hoje, essa área corresponde à parte mais densamente construída e valorizada de todo o espaço metropolitano, sendo, igualmente, a área onde está localizada a maior parte dos bairros (TRINDADE JÚNIOR, 1998, p. 113).

do espaço urbano-metropolitano seguindo as duas principais vias de saída da cidade, a rodovia federal BR-316 em direção aos municípios adjacentes da região metropolitana institucional e a Avenida Augusto Montenegro, que segue em direção aos distritos periféricos do município de Belém, tais como os distritos de Icoaraci, Outeiro e Mosqueiro.

Mapa 1. Belém: expansão do espaço urbano para além do núcleo metropolitano



A partir desse período, portanto, tem-se por um lado, o contínuo estabelecimento de assentamentos habitacionais para áreas cada vez mais distantes do núcleo metropolitano e em direção a periferia imediata e aos municípios contíguos (Ananindeua, Marituba Benevides), e, mais recentemente também em direção as periferias distantes de municípios não-contíguos à Belém (Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará). Esses eixos de expansão do espaço metropolitano de Belém, só podem ser compreendidos pela forma particular de crescimento da cidade, que, em um primeiro momento, estiveram confinados à área central da metrópole, o que implicava em um crescimento dos bairros inseridos na Primeira Légua Patrimonial de Belém.

Podemos verificar esse processo de evolução da ocupação da cidade de Belém através de seus bairros. A Tabela 1 demonstra que na década de 1960 os bairros mais populosos estavam localizados no interior da Primeira Légua Patrimonial (Marco, Umarizal, Jurunas, Guamá, Canudos, São Brás), o que hoje conforma o núcleo metropolitano. Progressivamente, já na década de 1980 em diante, há um continuo crescimento populacional de bairros além dessa área, embora alguns bairros continuem no interior da Primeira Légua crescendo, especialmente aqueles considerados de baixa renda, ocupados por classes populares, como é o caso dos bairros do Guamá e Jurunas.

Tabela 1. Belém: bairros mais populosos (1960, 1985, 1996 e 2010)

Bairros	1960	Bairros	1985	Bairros	1996	Bairros	2010
Marco	40.550	Guamá	104.067	Guamá	97.833	Guamá	102.124
Umarizal	33.289	Marambaia	102.365	Pedreira	69.152	Pedreira	69.608
Telégrafo	30.148	Pedreira	85.767	Marco	68.844	Marambaia	66.708
Jurunas	29.969	Marco	84.261	Jurunas	66.062	Tapanã	66.669
Pedreira	25.619	Jurunas	81.334	Marambaia	64.357	Marco	65.844
Guamá	23.400	Souza	80.433	Terra Firme	53.136	Jurunas	64.478
Sacramenta	20.773	Telégrafo	59.701	Sacramenta	43.239	Terra Firme	63.191
Canudos	15.686	Condor	56.115	Telégrafo	40.618	Coqueiro	51.776
São Brás	15.049	Terra Firme	54.985	Tapanã	38.214	Sacramenta	44.413
Souza	14.567	Cremação	40.346	Coqueiro	33.024	Telégrafo	42.953

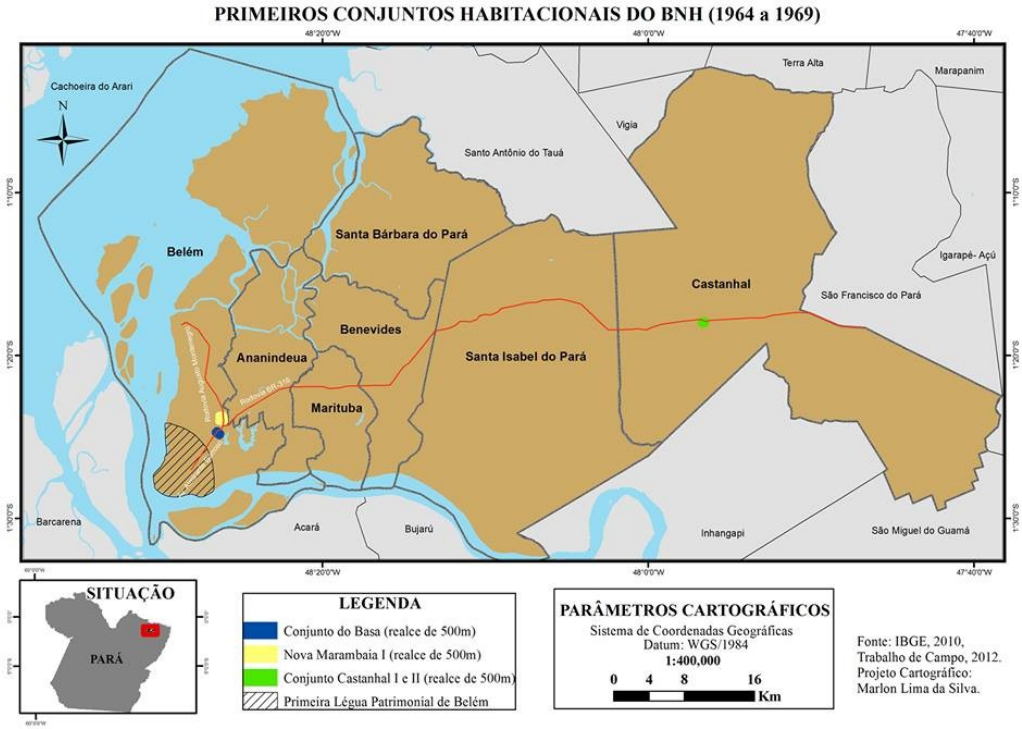
Fonte: Penteado (1968), Rodrigues (1996), Belém (1999), Pará (2011). Organização própria.

Essa dinâmica tem indução significativa por parte das políticas públicas, especialmente as políticas de habitação, que, desde os anos 1960, são recorrentes

nas grandes cidades brasileiras, especialmente aquelas que a partir da década de 1970 são institucionalizadas como regiões metropolitanas, o que é exatamente o caso de Belém.

O Mapa 2 apresenta os primeiros indícios dessa dinâmica em Belém, com a localização dos conjuntos habitacionais produzidos pela política de habitação oficial, naquele momento a partir de financiamentos do Banco Nacional de Habitação (BNH), já neste período fora do perímetro central da cidade de Belém e próximos aos municípios adjacentes, nesse caso o município de Ananindeua:

Mapa 2. Conjuntos Habitacionais Região Metropolitana de Belém (1964-1969)



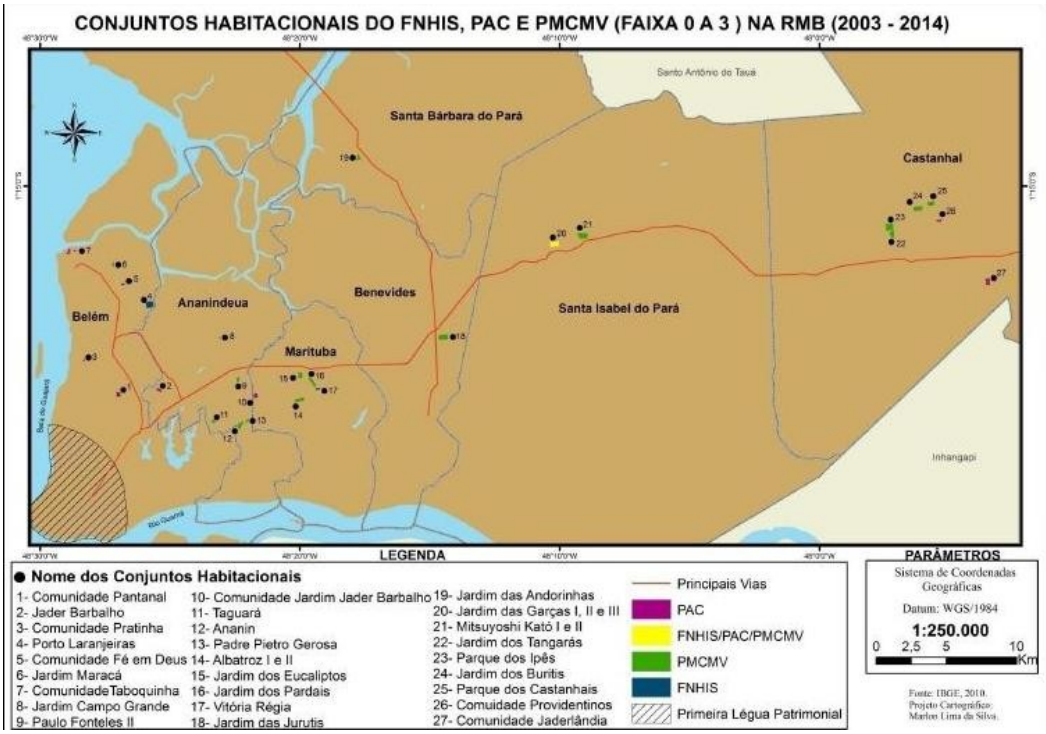
Fonte: Silva (2014).

Essa tendência, que já se apresentava embrionária na década de 1960 é cada vez mais viabilizada pelas políticas oficiais, não se limitando apenas a política de habitação, sendo maior exemplo a própria criação da Região Metropolitana de Belém em 1973, configurada originalmente pelos municípios de Belém e Ananindeua e que seguia esse princípio geral orientador da expansão da malha urbana de Belém em direção aos municípios adjacentes.

Para Silva (2014) que analisa cinco décadas de produção do espaço urbano na Região Metropolitana de Belém (1960-2010), tendo como elemento central de sua análise os conjuntos habitacionais, desde a década de 1960, a mancha urbana da RMB vem crescendo de forma acelerada, num contexto em que a construção de conjuntos habitacionais tem assumido destaque.

As políticas habitacionais que vem desde o Banco Nacional de Habitação (BNH) e tem como exemplo mais recente o Programa "Minha Casa, Minha Vida" (PMCMV) vêm se materializando em localizações específicas na RMB, com ritmos e intensidades que expressam a lógica conflituosa da produção do espaço urbano na escala metropolitana (SILVA, 2014). De forma geral, essas políticas estão expressas em uma cartografia particular das da produção habitacional oficial para a RMB, tal como visualizada no Mapa 3:

Mapa 3. Conjuntos Habitacionais do FNHIS, PAC e MCMV (Faixa 0 a 3) na RMB (2003 – 2014)



Fonte: Silva (2014).

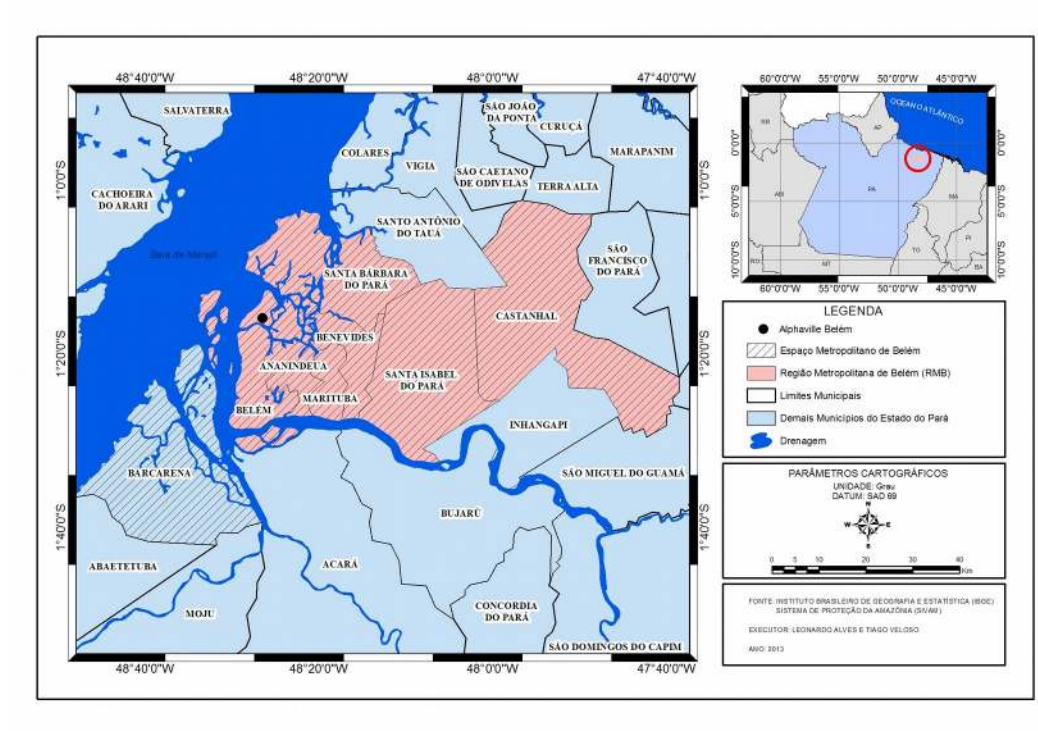
A política urbana oficial, portanto, levando em consideração um amplo período de tempo (1960-2010), com gestões políticas e programas muitas vezes distintos, tiveram diretriz bastante semelhante, qual seja, a indução de assentamentos habitacionais como forma de expandir a malha urbano-metropolitana de Belém para além do núcleo urbano central ao qual estava limitada até a década de 1960.

O segundo elemento, está para além das políticas de habitação oficial, posto que identificamos também uma tendência de progressiva e relativa suburbanização de parcelas das classes médias e altas, com a produção de assentamentos com características específicas para esses grupos de renda fora do núcleo metropolitano, sendo representativa dessa mudança, o fato de Belém receber o investimento da

marca – empreendimento Alphaville[11]. Esse empreendimento está localizado em uma área afastada do centro da cidade, conforme pode ser visualizado no Mapa 4, no distrito de Outeiro.

Esse distrito tem por característica ser uma área de moradia de classes de baixa renda e também de lazer popular, o que, de certa forma, contradiz o esforço das classes de alta renda em Belém em se manter próximas ao centro. Caracteriza ainda, uma tendência de dispersão do espaço metropolitano de Belém, só que, dessa vez, não a partir da periferização das classes populares, mas sim da suburbanização das classes de alta e média renda.

Mapa 4. Alphaville: Produção imobiliária de alto padrão no espaço metropolitano de Belém



11 Os Empreendimentos "Alphaville" têm-se caracterizado, desde os anos 1970, como empreendimentos imobiliários horizontais exclusivos para classes de alta renda. A primeira experiência data de 40 anos e foi desenvolvida na Grande São Paulo, em setembro de 1973 (coincidência ou não, no mesmo período de criação das regiões metropolitanas). A marca, que, no início, nasceu para abrigar a instalação de indústrias não poluidoras que procuravam áreas próximas à capital paulista, é hoje referência nacional em empreendimentos horizontais, bairros planejados e núcleos urbanos em todo o País, com presença em 21 estados e no Distrito Federal (ALPHAVILLE, 2013).

Figura 3. Padrão de entrada



Fonte: Elaboração própria.

Figura 4. Outdoor Publicitário, Alphaville Belém



Fonte: Elaboração própria.

O terceiro dos elementos desse processo de metropolização regional em Belém refere-se ao aumento do volume de fluxos intermunicipais, sejam fluxos que se referem aos municípios constituintes do espaço metropolitano institucional, seja daqueles que mesmo não fazendo parte da institucionalidade, tem cada vez mais relações com o espaço metropolitano[12].

Um primeiro indício é o aumento de fluxos é a contínua expansão da metrópole em direção a sua periferia imediata que se dá de forma mais visível a partir dos anos 1980 com o crescimento em direção aos municípios periféricos, especialmente Ananindeua e Marituba, configurando a área de expansão atual, dando nova forma ao antigo confinamento. Ananindeua chega a ter um crescimento demográfico na ordem de 18% ao longo da década de 1990. Em período mais recente, a década de 2000, todos os municípios da Região Metropolitana tiveram crescimento maior que Belém, conforme pode ser observado nos dados da Tabela 2.

12 Esclarece-se para fins deste artigo que a Região Metropolitana constitui a área territorialmente delimitada como espaço institucional de políticas metropolitanas, geralmente definida pelos governos federal ou estadual. Já o espaço metropolitano ao qual nos referimos não está limitado por critérios administrativos, mas sim por uma confluência de fatores que envolvem os fixos e os fluxos entre a malha urbana e que definem o espaço metropolitano muitas vezes para além da região metropolitana.

Tabela 2. RMB: taxa de crescimento dos municípios (1980, 1991, 2000 e 2010)

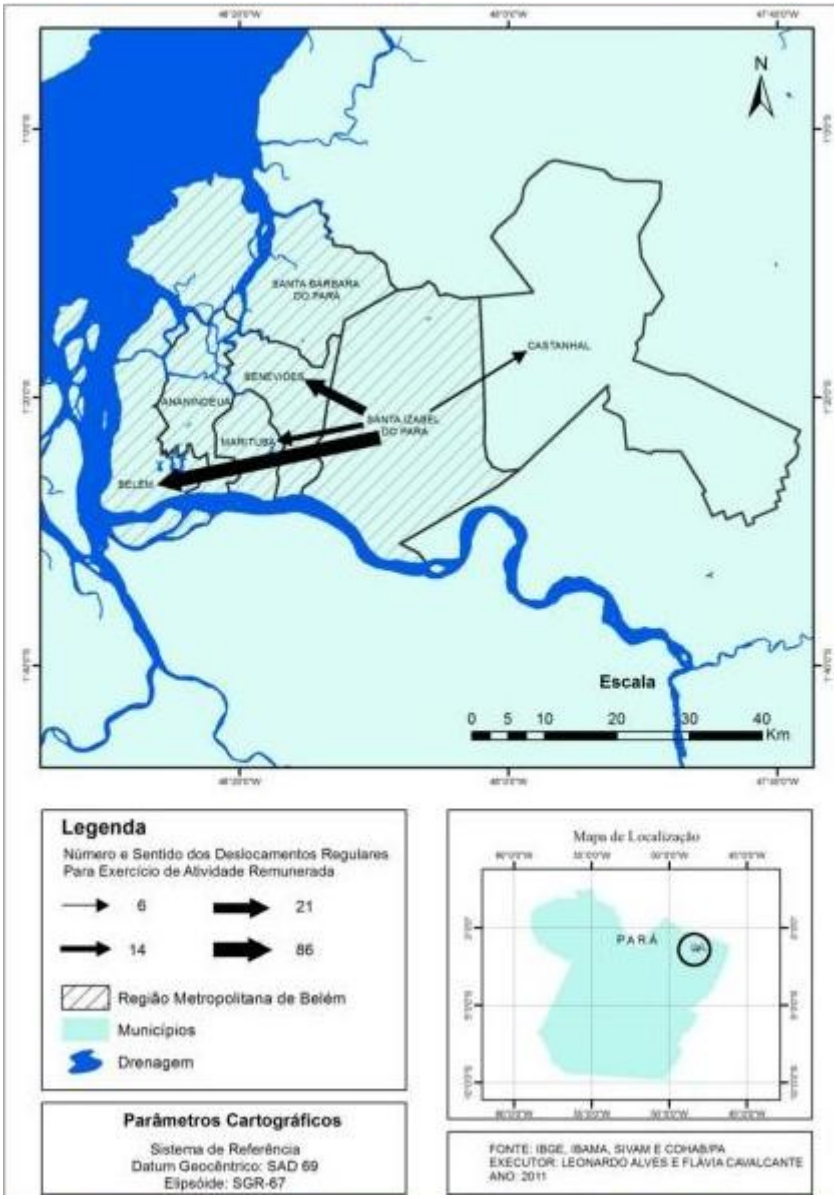
Municípios	1980 – 1991	1991 – 2000	2000 – 2010
Belém	2,65	0,32	0,85
Ananindeua	2,68	18,09	1,83
Benevides	10,73	- 7,02	3,81
Castanhal	-	-	2,56
Marituba	-	-	3,82
Santa Bárbara do Pará	-	-	4,18
Santa Isabel do Pará	3,01	2,93	3,24

Fonte: Pará (2011). Organização própria.

Para Cavalcante (2011), desde a década de 1980, observa-se uma tendência ao crescimento dos municípios periféricos das regiões metropolitanas brasileiras, evidenciando a configuração de uma forma metropolitana que não necessariamente é marcada pela conurbação e pela continuidade do tecido urbano, esse processo pressupõe a existência de uma população metropolitana que se desloca diariamente em direção ao local de trabalho e aos espaços de consumo de bens e serviços.

Em particular no caso da Região Metropolitana de Belém, a autora analisa o papel desempenhado pelo Município de Santa Izabel do Pará no âmbito do processo de metropolização belenense e apresenta elementos que ratificam a ideia de que o processo de dispersão urbana verificada no âmbito metropolitano se dá a partir da existência de um cenário de demandas por trabalho, emprego, educação, produtos e serviços de natureza diversas que, apesar da intensificação da urbanização, ainda estão majoritariamente disponíveis no núcleo metropolitano. O Mapa 5 apresenta dados do fluxo de deslocamento da população de Santa Izabel em relação aos demais municípios que compõem a RMB no quesito de realização de atividades remuneradas regulares e diárias:

Mapa 5. Santa Izabel: fluxo de deslocamento para o exercício de atividades remuneradas



Fonte: Cavalcante (2011).

Percebe-se, nesse caso, que há uma mobilidade quase diária da população entre os municípios metropolitanos, mas principalmente entre a periferia e a área central da metrópole, decorrente da expansão urbana que configura, cada vez mais, novos e precários espaços de assentamentos na periferia distante. Não por acaso, o município de Santa Izabel foi recentemente incluído como unidade municipal integrante da Região Metropolitana de Belém.

Por fim, mas não menos importante, o quarto elemento de destaque na atual reestruturação do espaço metropolitano de Belém, é a difusão de objetos técnicos-

logísticos que são condição, produto e meio dessa reestruturação do espaço metropolitano. Se em um primeiro momento a expansão metropolitana foi contida pela existência do "cinturão institucional" como apresentado anteriormente, e o espraiamento da malha urbana se deu inicialmente em direção às duas principais vias de expansão, a rodovia federal BR-316 e a Avenida Augusto Montenegro, mais recentemente, na década de 2000, essa expansão é flanqueada pela abertura de um terceiro vetor, possibilitado pelas obras de interligação rodoviária do entorno da Região Metropolitana com o sudeste do Estado do Pará, a alça viária[13] (Figura 5).

Essa característica de reestruturação da metrópole, expressa-se em sua paisagem a partir da construção de "grandes objetos" (SANTOS, 2004), fixos a coordenar os fluxos regionais, do qual a implantação da Alça Viária é expressão mais recente.

Figura 5. Ponte estaiada sobre o Rio Guamá: A "Alça Viária" é um dos elementos da reestruturação e ampliação dos laços metropolitanos com o interior do estado



Fonte: Governo do Estado do Pará (2011).

Portanto, tais elementos nos auxiliam a reconhecer que há uma ampliação recente do espaço metropolitano de Belém, tal ampliação não se dá apenas por crescimento de sua malha urbana, ao tipo de um crescimento conurbado, que leva a uma continuidade urbana e entre os municípios que compõe a metrópole.

13 A "Alça Viária", rodovia PA-483, oficialmente denominada Sistema de Integração do Pará, é um complexo de pontes e estradas com 74 km de rodovias e 4,5 km de pontes, construídas para integrar a Região Metropolitana de Belém ao interior do Estado. Foi inaugurada em 2002, pelo então governador do Pará, Almir Gabriel. A Alça Viária tem início na rodovia BR-316, na altura do Município de Marituba e termina no Município de Barcarena permitindo acesso às rodovias PA-475/PA-150 rumo ao sudeste do Pará. As pontes para a transposição dos rios Guamá, Acará e Moju permitem a interligação rodoviária, em alguns pontos de forma mais rápida do que a via fluvial, ainda utilizada.

Ao contrário, a expansão recente é provocada pela intensificação de fluxos de natureza diversas, tais como a expansão dos assentamentos residenciais populares para a periferia distante da metrópole, mas também assentamentos residenciais de classe média e alta para além do núcleo metropolitano onde estas classes prioritariamente estavam localizadas até a década de 1990.

Tais fluxos de natureza diversa também são viabilizados materialmente pela existência de fixos no território, fixos que são produto, condição e meio de reprodução de novas lógicas ampliadas no espaço metropolitano belenense, nesse caso, atuando para além dos limites territoriais verificados apenas pela malha institucional.

Considerações finais

Identifica-se, em primeiro lugar que transformações recentes no processo de urbanização em plano nacional têm provocado mudanças qualitativas no território, dentre as quais a difusão do fenômeno da metropolização pelas regiões periféricas como a Amazônia, como processo mais avançado da urbanização brasileira. Tais mudanças qualitativas produzem novas formas no espaço urbano que possibilitam as transformações e, portanto, podem ser reconhecidos em aspecto teórico e conceitual.

A partir desse enfoque, a principal mudança observada na produção e expansão do processo de metropolização na atualidade, diz respeito a alterações qualitativas na forma em que se expressa no tecido urbano. Se antes a expressão maior da metropolização estava na conformação de malhas urbanas continuas e contiguas, nucleadas por uma cidade principal, dinâmica geralmente denominada de conurbação, hoje, a complexificação das relações sociais de produção capitalista no espaço urbano-metropolitano produz qualidades diversas, fazendo com que a conurbação seja apenas mais um dos elementos da metropolização, deixando de ser a fundamental para a explicação desse processo, que agora é muito mais compreendido por uma intensificação no volume de fluxos, muitas vezes orientados pelo Estado e pelo mercado na produção de grandes objetos urbanos. Tais objetos são condições materiais concretas da produção e reprodução desses fluxos demográficos, econômicos, imateriais, etc.

No âmbito da região amazônica, região que apresenta uma intensificação da sua urbanização com expansão da metropolização de suas principais cidades, analisa-se alguns dos elementos que marcam esse processo na Região Metropolitana de Belém, principal referência urbana em parcela significativa da Amazônia brasileira. Em particular, o processo de transformação da cidade de Belém em

metrópole a partir da década de 1960, tal processo é marcado pela segregação socioespacial, pelas migrações e pela suburbanização de classes populares incentivada pelo Estado.

Para entender esta paisagem urbana que se apresenta a partir da reestruturação urbana observada, identificamos que a atual configuração metropolitana passa pela existência de quatro aspectos da produção do espaço. Tais aspectos são articulados no espaço e coordenados no tempo.

O primeiro deles é a contínua intensificação da produção de assentamentos habitacionais – dirigidos, planejados e "espontâneos" – cada vez mais distantes do núcleo metropolitano e de sua periferia imediata, conforme observado ao longo do texto, essa dinâmica de produção habitacional para além do núcleo metropolitano de Belém se dá pelo menos ao longo da década de 1960 com as primeiras iniciativas e financiamentos habitacionais propostos pelo antigo Banco Nacional de Habitação (BNH) e pela Companhia de Habitação do Pará (COHAB). Esse processo, com todas as mudanças ocorridas ao longo desses cinquenta anos, continua a ser observado com as políticas habitacionais mais recentes, como é o caso do Programa "Minha Casa, Minha Vida". O segundo elemento trata da identificação de uma relativa suburbanização de parcelas das classes médias e altas, com a produção de assentamentos com características específicas para esses grupos de renda fora do núcleo metropolitano. Em Belém, nota-se inclusive na década de 2010 a chegada de um empreendimento de altíssimo padrão, fora do núcleo metropolitano, que é o caso do Alphaville, localizado no distrito de Outeiro.

O terceiro elemento é aumento do volume de fluxos intermunicipais, seja aos municípios constituintes do espaço metropolitano institucional, seja daqueles que mesmo não fazendo parte da institucionalidade, tem cada vez mais relações com o espaço metropolitano; e por fim, analisamos como quarto elemento desse processo maior de reestruturação urbano-metropolitana a difusão de grandes objetos técnicos-logísticos que dão suporte a novas formas de metropolização do espaço regional que se expressam em Belém. Como tal, tais elementos, inter-relacionados entre si são condição, produto e meio da reestruturação do espaço metropolitano regional, orientando novas formas de produção do espaço urbano na região amazônica.

Referências

ALPHAVILLE. Disponível em: <www.alphaville.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2013.

BELÉM. **Anuário Estatístico Municipal** (1998). Belém: Prefeitura de Belém, 1999.

____. **Plano Diretor de Belém**. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 2008.

BROWDER, J. O; GODFREY, B. J. **Cidades da Floresta**: Urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira. Manaus: EDUA, 2006.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.

____. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.

CARLOS, A. F. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: EDUSP, 2001.

CARLOS, A. F.; OLIVEIRA, A. U. **Geografia das metrópoles**. São Paulo: Contexto, 2006.

CAVALCANTE, F. C. **Metropolização e dispersão urbana na Amazônia**: a dinâmica socioespacial do município de Santa Isabel no contexto da urbanização belenense. 2011. *185f* Dissertação – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2011.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação de Dados. **Informações dos Censos demográficos brasileiros***: 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010*. IBGE, 2010.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2010.

LENCIONI, S. Uma nova determinação do urbano: o processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 35-44.

____. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. reflexões a partir do caso de São Paulo. **Revista de Geografia Norte Grande**, Natal, n. 39, p. 07-20, 2008.

____. Referências analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana. In: LENCIONI, S. et al.(Org.). **Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago**. São Paulo: FAUUSP, 2011. p. 51-60.

____. Metropolização do espaço: processos e dinâmica. In: FERREIRA, A; RUA, J; MARAFON, G. J; SILVA, A. C. P. **Metropolização do espaço**: gestão territorial e relações urbano-rurais. São Paulo: Consequência, 2013. p. 17-35.

MOREIRA, E. **Belém e sua expressão geográfica**. In: PARÁ. *Obras reunidas de Eidorfe Moreira.* Belém: Cejup, 1989. v.1.

PARÁ. **Produto interno bruto Municipal: 2011**. Belém: IDESP, 2012b.

PENTEADO, A. R. **Belém do Pará**: estudo de geografia urbana. Belém: UFPa. 1968. 2.v.

RODRIGUES, E. B. **Aventura urbana**: urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém. Belém: NAEA, 1996.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SEABRA, O. C. L. De cidade à Metrópole. **Revista Geografares**, n. 9, p. 49-79, jul./dez. 2011.

SILVA, M. L. **Habitação Produzindo espaço urbano na reprodução de Conjuntos Habitacionais**: experiências e tendências na Região Metropolitana de Belém. 2014. 240 f. Dissertação – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SOJA. E. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

TRINDADE JR., S. C. C. **A cidade dispersa***:* os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. 1998. Tese – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

____. **A natureza da urbanização na Amazônia e sua expressão metropolitana**. *Revista Geografares*, Vitória, v. 1, n. 1, jun. 2000.

TRINDADE JR, S. C. C. **Cidades na floresta***: os "grandes objetos" como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico*. R*evista IEB,* São Paulo, n. 50, set./mar. p. 13-137, 2010.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-urbano no Brasil.** São Paulo: FAPESP / Lincoln Institute, 1998.

VILLAÇA, F**. La Estructura urbana de Buenos Aires**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V. 14, n. 1, 2012.

VICENTINI, Y. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: Editora da UFPR, 2004.

SANTOS, T. V. **Metrópole e Região na Amazônia**: trajetórias do planejamento e da gestão metropolitana em Belém, Manaus e São Luís. 2015. 270f. Tese – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

Sobre o autor

Tiago Veloso dos Santos: é bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), onde também realizou o mestrado e doutorado. É docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA).

* * *

ABSTRACT

Regional Metropolization and Condominial Suburbanization: aspects in the dynamics of urban dispersion into the Metropolitan Region of Belém

Consider the changes in the intensification of urbanization at national level, with the diffusion of metropolization phenomenon by the peripheral regions of the territory as the most advanced process of Brazilian urbanization. Such changes produce new forms and elements in urban space that can be recognized in a theoretical aspect, in addition to empirical observation. In the Brazilian Amazon, a region which has high rates of urbanization in recent decades and, more recently, metropolization of its central cities, the elements that mark this process are analyzed, with the Metropolitan Region of Belém as reference. This area passes at least for four aspects of space production: a) intensification in housing settlement production, distant from the metropolitan center and its immediate periphery; b) relative suburbanization of middle and upper classes, with production of settlements that reflect their financial power, but outside the metropolitan center; c) increase in the volume of intermunicipal flows, wether to the municipalities that constitute the metropolitan institutional space, or to those which are not part of this institutionality; d) diffusion of large objects that are condition, product and ways to restruct this important regional metropolitan space.

KEYWORDS: Urbanization, Metropolization, Urban Restructuring, Amazonia, Metropolitan Region of Belém.

RESUMEN

Metropolización regional y suburbanización condominial: aspectos de la dinámica de la dispersión urbana en la Región Metropolitana de Belém

Considerando los cambios ocurridos en el proceso de urbanización a nivel nacional, en el cual la difusión del fenómeno de la metropolización por las regiones periféricas del territorio es un elemento destacado, se percibe la introducción de nuevas formas, funciones y procesos en el espacio urbano que pueden ser reconocidos en aspecto teórico, además de la observación empírica. En la Amazonia brasileña, región que presenta altos índices de urbanización en las últimas décadas y, más recientemente, la metropolización de sus principales ciudades, se analizan los elementos que marcan ese proceso, teniendo como referencia la Región Metropolitana de Belém. Identificamos que la actual configuración metropolitana en Belém pasa por la existencia de cuatro aspectos de la producción del espacio: a) intensificación de la producción de asentamientos habitacionales cada vez más distantes del núcleo metropolitano y de la periferia inmediata; b) relativa suburbanización de las clases medias y altas, con la producción de asentamientos específicos para esos grupos de renta fuera del núcleo metropolitano; c) aumento del volumen de flujos intermunicipales sea a los municipios constituyentes del espacio metropolitano institucional, sea de aquellos que no forman parte de la institucionalidad; d) difusión de grandes objetos que son condición, producto y medio de la reestructuración de ese importante espacio metropolitano regional.

PALABRAS CLAVE: urbanización, metropolización, reestructuración urbana, Amazonia, Región Metropolitana de Belém.